



**INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**

***CARGA TRIBUTÁRIA
BRASILEIRA – JANEIRO A
SETEMBRO DE 2008 e
REVISÃO DOS PERÍODOS
ANTERIORES***

**GILBERTO LUIZ DO AMARAL
JOÃO ELOI OLENIKE
LETÍCIA MARY F. DO AMARAL VIGGIANO
FERNANDO STEINBRUCH**

15 de dezembro de 2008.

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA AUMENTA MAIS QUE O PIB E FAZ CRESCER AINDA MAIS A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

- *Mesmo com a revisão do Valor Corrente do PIB, Carga Tributária bate novo recorde;*
- *Nos nove primeiros meses de 2008, carga tributária atinge 36,36% do PIB, ante 35,09% do mesmo período de 2007;*
- *Analisando-se os últimos doze meses, constata-se que a carga tributária de 2008 crescerá mais de 1 ponto percentual;*
- *De janeiro a setembro de 2008 foram arrecadados R\$ 779,14 bilhões (no mesmo período de 2007 o total foi de R\$ 670,48);*
- *Houve aumento nominal de arrecadação de R\$ 108,66 bilhões em relação ao mesmo período de 2007 (16,21%);*
 - *Arrecadação Federal teve crescimento nominal de R\$ 76,14 bilhões (16,38%);*
 - *Arrecadação dos Estados apresentou crescimento nominal de R\$ 29,00 bilhões (16,70%);*
 - *Tributos municipais cresceram 11,01%, em termos nominais (R\$ 3,52 bilhões);*
 - *A arrecadação diária de impostos, taxas e contribuições foi de R\$ 2,84 bilhões;*
 - *A arrecadação tributária por segundo foi de R\$ 32.911,64;*
 - *Cada brasileiro pagou R\$ 4.109,10 de tributos no período, contra R\$ 3.573,20 de igual período do ano anterior;*
 - *A Carga Tributária Per Capita do período cresceu 15,00% (nominal), ou seja cada brasileiro pagou R\$ 535,90 a mais de tributos ante igual período de 2007;*
 - *No ano, cada brasileiro pagará aproximadamente R\$ 5.628,00, representando um aumento aproximado de R\$ 708,00 em relação a 2007;*

REVISÃO DO PIB E DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Em 09 de dezembro de 2008, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou a revisão dos valores correntes do PIB – Produto Interno Bruto dos anos de 2005, 2006 e 2007, como também dos novos valores correntes do 1º. e 2º. Trimestres de 2008. O valor corrente passou a ser:

PERÍODO	EM R\$ 1.000.000,00	
	VALOR CORRENTE	VALOR CORRENTE
	ANTERIOR	REVISADO
2005	2.147.944	2.147.239
2006	2.332.936	2.369.797
2007	2.558.822	2.597.611
I TRIM 2008	665.726	665.643
II TRIM 2008	716.921	729.586

Desta forma o IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário também revisou os números da carga tributária brasileira dos períodos anteriores:

PERÍODO	CARGA TRIBUTÁRIA/PIB	
	ANTERIOR	REVISADA
	2005	34,12%
2006	35,06%	34,52%
2007	36,08%	35,54%
I TRIM 2008	38,90%	38,83%
II TRIM 2008	35,83%	35,21%
I SEMESTR 2008	37,27%	36,94%

CARGA TRIBUTÁRIA DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2008

A carga tributária (somatório dos tributos federais, estaduais e municipais arrecadados) em relação ao PIB – Produto Interno Bruto do terceiro trimestre de 2008 atingiu 35,30%, contra 34,46% no mesmo período de 2007, tendo um aumento de 0,84 ponto percentual do PIB.

CARGA TRIBUTÁRIA ACUMULADA DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2008

Nos nove primeiros meses de 2008 a carga tributária atingiu **36,36% do PIB**, contra o 35,09% do mesmo período de 2007. Os tributos federais cresceram 16,38% (R\$ 76,14 bilhões), os estaduais 16,70% (R\$ 29,00 bilhões) e os municipais 11,01% (R\$ 3,52 bilhões), totalizando uma arrecadação de tributos nos nove primeiros meses de 2008

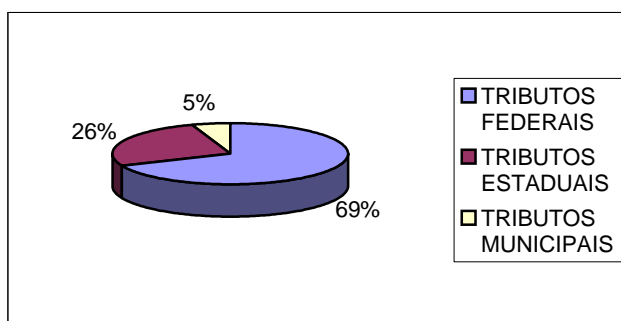
de R\$ 779,14 bilhões, contra R\$ 670,48 bilhões do mesmo período de 2007, com um crescimento de R\$ 108,66 bilhões (16,21%).

Os tributos que tiveram o maior crescimento nominal foram o Imposto de Renda (R\$ 27,58 bilhões), seguido do ICMS (R\$ 26,46 bi) e do INSS (R\$ 19,62 bi). A queda da arrecadação da CPMF foi de R\$ 25,55 bilhões. Percentualmente, o tributo que teve o maior crescimento foi o IOF (165,31%), seguido do Imposto de Importação (36,32%) e da CSLL (34,75%). A maior queda foi da CPMF (-95,81%), seguida do FUNDAF (-32,20%) e da CIDE – Combustíveis (19,36%).

TRIBUTOS	JAN-SET 2007	JAN-SET 2008	CRESC. NOMINAL R\$	CRESC. %
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	8,77	11,95	3,18	36,32%
IPI	23,80	28,95	5,15	21,63%
IMPOSTO SOBRE A RENDA	113,54	141,12	27,58	24,29%
IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	5,66	15,03	9,36	165,31%
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,28	0,32	0,05	16,59%
CPMF - CONTRIB. MOVIM. FINANCEIRA	26,66	1,12	- 25,55	-95,81%
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	74,36	89,37	15,02	20,19%
PIS / PASEP	19,44	23,40	3,95	20,33%
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	24,81	33,43	8,62	34,75%
CIDE - COMBUSTÍVEIS	5,91	4,77	- 1,14	-19,36%
FUNDAF	0,26	0,18	- 0,09	-32,20%
OUTRAS RECEITAS	23,50	28,18	4,69	19,95%
TOTAL DA RECEITA FEDERAL	326,99	377,81	50,83	15,54%
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	106,91	126,53	19,62	18,35%
FGTS	30,97	36,66	5,69	18,37%
TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS	464,87	541,00	76,14	16,38%
ICMS	136,67	163,13	26,46	19,36%
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	13,59	13,86	0,27	1,97%
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	23,42	25,69	2,27	9,71%
TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS	173,67	202,68	29,00	16,70%
TRIBUTOS MUNICIPAIS	29,38	32,57	3,19	10,85%
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	2,55	2,88	0,33	12,83%
TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS	31,94	35,46	3,52	11,01%
			-	
TOTAL	670,48	779,14	108,66	16,21%
			-	
PIB JANEIRO A SETEMBRO	1.910,87	2.142,57	231,70	12,13%
CARGA TRIBUTÁRIA/PIB	35,09%	36,36%	1,28%	

DIVISÃO DA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA: JANEIRO A SETEMBRO DE 2008

Nos nove primeiros meses de 2008, os tributos federais totalizaram R\$ 541,00 bilhões (69,44%), os estaduais R\$ 202,68 bilhões (26,01%) e os municipais R\$ 35,46 bilhões (4,55%).



ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA PER CAPITA: JANEIRO A SETEMBRO DE 2008

A carga tributária *per capita* (arrecadação total dividida pela população) dos nove primeiros meses de 2008 foi de R\$ 4.109,10, contra R\$ 3.573,20 do mesmo período do ano anterior, apresentando crescimento de 15%. Isto equivale a dizer que cada brasileiro pagou R\$ 535,90 a mais de tributos no semestre.

Projetando-se a carga tributária *per capita* para todo o ano de 2008, estima-se que haverá um aumento nominal de aproximadamente 14%. Dessa forma, cada brasileiro deverá pagar de tributos em 2008 um valor de R\$ 5.628,00. Em 2007 foi R\$ 4.920,21, representando um aumento próximo de R\$ 708,00.

MÉDIA DE ARRECAÇÃO POR DIA, HORA, MINUTO, SEGUNDO

ARRECAÇÃO MÉDIA	Jan a Set-06	Jan a Set-07	Jan a Set-08
POR DIA	2.177.185.944,83	2.455.973.472,72	2.843.566.013,33
POR HORA	90.716.081,03	102.332.228,03	118.481.917,22
POR MINUTO	1.511.934,68	1.705.537,13	1.974.698,62
POR SEGUNDO	25.198,91	28.425,62	32.911,64

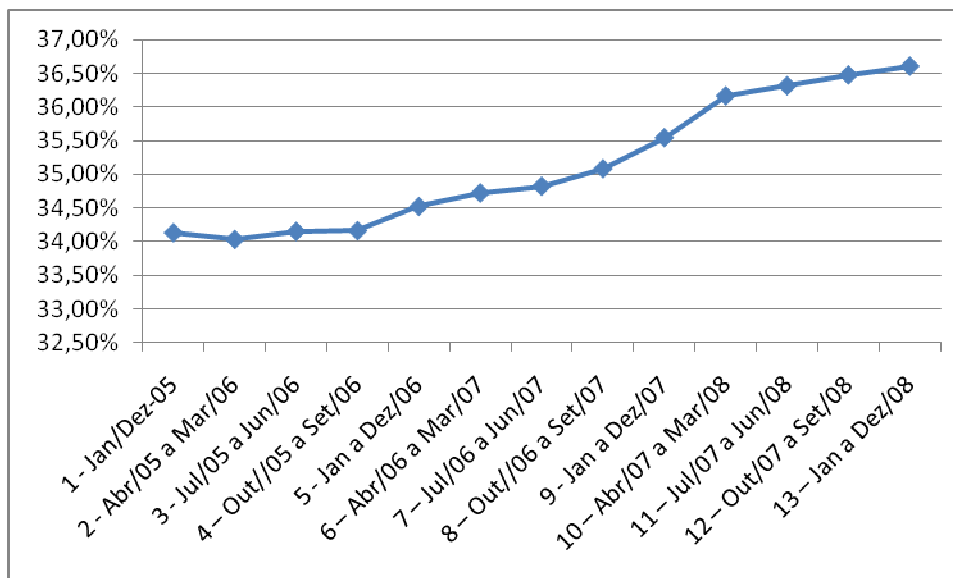


CARGA TRIBUTÁRIA DOS ÚLTIMOS DOZE MESES

A carga tributária vem apresentando sucessivos aumentos.

1 - Jan/Dez-05	34,13%
2 - Abr/05 a Mar/06	34,03%
3 - Jul/05 a Jun/06	34,15%
4 - Out//05 a Set/06	34,16%
5 - Jan a Dez/06	34,52%
6 - Abr/06 a Mar/07	34,72%
7 - Jul/06 a Jun/07	34,82%
8 - Out//06 a Set/07	35,08%
9 - Jan a Dez/07	35,54%
10 - Abr/07 a Mar/08	36,16%
11 - Jul/07 a Jun/08	36,31%
12 - Out/07 a Set/08	36,47%
13 - Jan a Dez/08	36,60%

* Estimativa a partir das arrecadações até novembro/2008





**INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO**

EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Governo Sarney: 1985 - 1990

Governo Collor : 1990 - 1992

Governo Itamar: 1992 - 1994

Governo FHC 1: 1995 - 1998

Governo FHC 2: 1999 - 2002

Governo Lula: 2003 - 2008

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA GERAL: EM US\$ MILHÕES (1986 A 1991)/ R\$ MILHÕES (1992 EM DIANTE)										
ANO	PIB	TRIBUTOS FEDERAIS	% SOBRE O PIB	TRIBUTOS ESTADUAIS	% SOBRE O PIB	TRIBUTOS MUNICIPAIS	% SOBRE O PIB	TOTAL ARRECAÇÃO	% S/ PIB	CRESCIM. C.TRIBUT. ANO ANT.
' 1986	337.832	56.386	16,69%	17.160	5,08%	2.095	0,62%	75.641	22,39%	
' 1987	360.810	55.048	15,26%	16.015	4,44%	2.093	0,58%	73.156	20,28%	- 2,11 PONTO PERCENTUAL
' 1988	371.999	55.542	14,93%	16.656	4,48%	2.232	0,60%	74.430	20,01%	-0,27 P.P.
' 1989	399.647	58.544	14,65%	27.613	6,91%	2.398	0,60%	88.555	22,16%	2,15 P.P.
' 1990	398.747	79.352	19,90%	36.219	9,08%	3.684	0,92%	119.255	29,91%	7,75 P.P.
' 1991	405.679	65.386	16,12%	29.686	7,32%	4.781	1,18%	99.853	24,61%	-5,3 P.P.
' 1992	355.453	60.437	17,00%	26.297	7,40%	3.480	0,98%	90.214	25,38%	0,77 P.P.
' 1993	429.968	79.510	18,49%	25.398	5,91%	2.971	0,69%	107.879	25,09%	-0,29 P.P.
' 1994	477.920	98.199	20,55%	34.334	7,18%	4.200	0,88%	136.733	28,61%	3,52 P.P.
' 1995	646.192	124.695	19,30%	53.139	8,22%	9.024	1,40%	186.858	28,92%	0,31 P.P.
' 1996	843.966	139.484	16,53%	62.980	7,46%	10.116	1,20%	212.581	25,19%	-3,73 P.P.
' 1997	939.147	158.566	16,88%	69.320	7,38%	11.305	1,20%	239.191	25,47%	0,28 P.P.
' 1998	979.276	181.828	18,57%	72.070	7,36%	14.219	1,45%	268.117	27,38%	1,91 P.P.
' 1999	1.065.000	210.691	19,78%	79.154	7,43%	15.096	1,42%	304.941	28,63%	1,25 P.P.
' 2000	1.179.482	250.302	21,22%	95.383	8,09%	16.011	1,36%	361.696	30,67%	2,03 P.P.
' 2001	1.302.136	278.599	21,40%	108.262	8,31%	16.884	1,30%	403.745	31,01%	0,34 P.P.
' 2002	1.477.822	341.510	23,11%	122.234	8,27%	18.742	1,27%	482.486	32,65%	1,64 P.P.
2003	1.699.948	391.052	23,00%	139.137	8,18%	22.990	1,35%	553.179	32,54%	-0,11 P.P.
2004	1.941.498	454.313	23,40%	166.117	8,56%	29.705	1,53%	650.135	33,49%	0,95 P.P.
2005	2.147.239	514.417	23,95%	187.873	8,74%	30.574	1,42%	732.864	34,13%	0,64 P.P.
2006	2.369.797	570.789	24,08%	211.956	8,94%	35.193	1,48%	817.938	34,52%	0,39 P.P.
2007	2.597.611	650.997	25,06%	233.416	8,99%	38.832	1,49%	923.924	35,54%	1,02 P.P.
2008***	2.900.000	750.000	26,00%	270.000	9,20%	43.000	1,40%	1.063.000	36,60%	1,06 P.P.

*DIFERENÇAS NAS SOMATÓRIAS DEVEM-SE A ARREDONDAMENTOS

** Valores do PIB de 1996 a 2006 revistos pelo IBGE em 09/12/2008

*** 2008 – Estimativas do IBPT em 15/12/2008

METODOLOGIA DO ESTUDO E BASE DE DADOS

O IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário faz o acompanhamento regular da carga tributária. No setor público a Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES (www.federativo.bndes.gov.br), o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br), a Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) e o TCU – Tribunal de Contas da União (www.tcu.gov.br) fazem o mesmo levantamento. Mas, a falta de uma metodologia oficial de cálculo faz com que cada uma das entidades ou órgãos utilize critérios diferentes entre si, havendo diferenças entre os resultados, sem contudo comprometer os objetivos de cada um deles, que é prestar informações sobre o montante de recursos transferidos da economia para os poderes públicos federal, estaduais e municipais. Assim como a inflação é medida por diversos índices, calculados por entidades públicas e privadas, as estatísticas da carga tributária permitem à sociedade não ficar refém de pesquisas governamentais.

As diferenças entre as metodologias dos estudos residem em alguns fatores, com a constatação que todos os levantamentos utilizam a mesma base de dados para o cálculo das arrecadações federais (Secretaria da Receita Federal, INSS e Caixa Econômica Federal) e estaduais (CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária):

- a) Receita Federal: não considera os valores recolhidos a título de multas, juros e correção monetária, como também não faz o cômputo das contribuições corporativas e das custas judiciais; e estima as arrecadações tributárias municipais através da variação dos tributos estaduais;
- b) IBGE: não considera as taxas e contribuições de melhoria que tenham como contrapartida a prestação de serviços; desconsidera totalmente os valores relativos à contribuição para a previdência dos servidores federais estatutários e militares;
- c) SF – BNDES: faz uma estimativa dos tributos municipais, através de um levantamento preliminar das arrecadações das três principais capitais (São Paulo, Rio de Janeiro de Janeiro de Belo Horizonte); e, faz uma estimativa dos valores de outros tributos cuja arrecadação não é conhecida, utilizando a mesma variação dos tributos conhecidos;
- d) IBPT – considera todos os valores arrecadados pelas três esferas de governo (tributos mais multas, juros e correção); para o levantamento das arrecadações estaduais e do Distrito Federal utiliza como base de dados, além do CONFAZ, os valores divulgados pelas Secretarias Estaduais de Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pois alguns estados demoram a entregar seus relatórios ao CONFAZ; quanto às arrecadações municipais, faz um acompanhamento dos números divulgados por 1.097 municípios que divulgam seus números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, e também através dos números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas dos Estados.

Estudo e Pesquisa de responsabilidade:



IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário:

- Entidade criada em 11/12/92, cujo objetivo é a difusão de sistemas de economia legal de impostos; divulgação científica do tema; estudo de informações técnicas para a apuração e comparação da carga tributária individual e dos diversos setores da economia; e, análise dos dados oficiais sobre os tributos cobrados no Brasil.

<http://www.ibpt.com.br>

Coordenação:

Dr. GILBERTO LUIZ DO AMARAL, advogado tributarista, auditor, consultor de empresas, professor de pós-graduação em direito e planejamento tributário.

e-mail: gilberto@ibpt.com.br

Prof. JOÃO ELOI OLENIKE, tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário.

e-mail: olenike@ibpt.com.br

Dr. FERNANDO STEINBRUCH, advogado tributarista, consultor de empresas, professor do IBPT.

e-mail: fernando@ibpt.com.br

Dr. LETÍCIA MARY FERNANDES DO AMARAL VIGGIANO, advogada tributarista, consultora internacional, professora de direito tributário.

e-mail: leticia@ibpt.com.br